Resultado: Questionário de Escuta Estudantil

Desafios, demandas e percepções dos estudantes.

Mariara Pelozo Coluccini
Assistente Social
CRESS PR nº 14824
Unespar Apucarana

UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná
Universidade Estadual do Paraná
Campus de Apucarana

RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO E ESCUTA ESTUDANTIL

UNESPAR - Campus Apucarana

CONTEXTUALIZAÇÃO

Objeto de Análise: Este relatório apresenta a consolidação e análise dos dados coletados por meio do Questionário de Diagnóstico e Escuta Estudantil aplicado junto à comunidade discente da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus Apucarana.

Período e instrumento de coleta: a pesquisa foi realizada entre abril e outubro de 2026, por meio de formulário eletrônico elaborado na plataforma Google Forms, composto por questões objetivas e dissertativas. O instrumento teve como finalidade identificar os desafios e as demandas dos estudantes, bem como conhecer suas percepções sobre os serviços de apoio estudantil e as condições de permanência na Universidade.

Finalidade e caráter da iniciativa: a iniciativa foi desenvolvida no exercício da atuação profissional como servidora pública e assistente social, sem vinculação formal a um setor específico da Universidade. Teve como propósito reunir informações sobre as necessidades da comunidade discente, subsidiar o planejamento de ações voltadas à realidade do Campus Apucarana e fundamentar reivindicações e solicitações às instâncias superiores.

Amostra e Abrangência: considerando um universo estimado de aproximadamente 1.600 estudantes matriculados, foram obtidas 398 respostas, correspondentes a cerca de 24,87% do corpo discente. A participação alcançada oferece um conjunto expressivo de informações para compreender as condições, percepções e demandas dos estudantes do campus.

Adesão Estudantil
A participação de quase 400 estudantes representa uma adesão expressiva à proposta de escuta e demonstra o interesse de uma parcela significativa da comunidade discente em compartilhar suas experiências, apresentar reivindicações e contribuir para a identificação de melhorias necessárias ao cotidiano universitário.

ANÁLISE

MÓDULO 1: PERFIL SOCIOECONÔMICO, DEMOGRÁFICO E ACADÊMICO

O perfil dos respondentes abrange os 13 cursos do campus Apucarana, com os quantitativo para Pedagogia (14,32%), Ciências Contábeis Noturno (10,80%), Direito (10,30%), Ciências Econômicas (10,05%), Letras Português (9,30%), Ciência da Computação (8,54%), Matemática (8,54%), Letras Inglês (6,03%), Serviço Social (5,28%), Administração Noturno (3,77%), Secretariado Executivo (3,27%), Letras Espanhol (3,02%), Ciências Contábeis Matutino (2,76%), Administração Matutino (2,01%) e Turismo e Negócios (2,01%). Quanto ao período, 32,16% cursam o 1º ano, 26,88% o 2º ano, 25,38% o 3º ano, 15,08% o 4º ano e 0,50% o 5º.

Essa distribuição pode estar relacionada a diferentes fatores. Os estudantes ingressantes podem ter maior interesse em participar de pesquisas, pela fase de aproximação com a Universidade, embora ainda não conheçam plenamente a estrutura e a dinâmica institucional. Por outro lado, nos anos mais avançados, aspectos como estágios obrigatórios e atividades de conclusão de curso podem interferir na disponibilidade para pesquisas institucionais. Apesar de não ser possível estabelecer as razões da menor participação dos estudantes dos últimos anos, o dado merece atenção. É importante compreender se essa diferença decorre apenas de fatores de disponibilidade e mobilização para a pesquisa ou se

pode indicar dificuldades de aproximação com os espaços institucionais ao longo da trajetória acadêmica.

No perfil etário existe a predominância de estudantes jovens, com 63,32% dos respondentes entre 18 e 22 anos, porém, merece destaque a participação de estudantes com 30 anos ou mais, que representam 13,57% da amostra, essa presença revela a pluralidade de trajetórias que compõem a comunidade acadêmica, evidenciando a importância de reconhecer diferentes percursos de escolarização, ingresso e permanência no ensino superior.

No que diz respeito à composição étnico-racial, 63,57% autodeclaram brancos, seguidos por 26,38% pardos, 6,53% pretos, 2,51% asiáticos, 0,75% indígenas e 0,25% não declararam. A predominância de pessoas brancas está inserida em um contexto de formação social brasileira, marcada por um processo histórico de escravização, expropriação de territórios indígenas e pela exclusão desses grupos do acesso a direitos e oportunidades.Embora as políticas de expansão do ensino superior, as ações afirmativas e a ampliação das universidades públicas tenham contribuído para modificar esse cenário, o acesso à educação ainda é atravessado por desigualdades raciais e socioeconômicas, que continuam influenciando as oportunidades de ingresso e permanência no ensino superior.

Quanto à identidade de gênero, 60,80% são mulheres cisgênero, 34,92% homens cisgênero, 1,76% não-binários, 1,26% homens transgênero e 0,50% mulheres transgênero, gênero fluído ou outros correspondem a 0,75%. Essa composição pode ser relacionada às transformações históricas no acesso das mulheres à educação, especialmente ao ensino superior, espaço que durante muito tempo foi predominantemente masculino e restrito às elites sociais. A ampliação da escolarização feminina e a conquista de direitos permitiram modificar gradualmente esse cenário, embora a maior participação das mulheres na educação não represente a superação das desigualdades de gênero. A presença de pessoas trans e não-binárias, ainda que numericamente menor, também merece atenção, ainda diante do histórico de marginalização desses grupos, cujas trajetórias educacionais frequentemente são atravessadas por preconceito, violência, invisibilidade e dificuldades de reconhecimento social. Nesse sentido, a presença no ensino superior expressa avanços nas possibilidades de acesso e participação de grupos historicamente afastados desses espaços.

A respeito da orientação sexual, observa-se predominância de pessoas heterossexuais 75,88%, seguidas por bissexuais 14,07%, homossexuais 6,28%, pansexuais 1,76%, assexuais 1,00% e outras orientações sexuais 1,00%. Embora a heterossexualidade represente a maioria dos respondentes, chama a atenção o fato de aproximadamente um quarto dos participantes declarar outras orientações sexuais, evidenciando a diversidade presente na comunidade acadêmica. Esse resultado permite refletir sobre a influência histórica da heteronormatividade e do conservadorismo social na organização das relações familiares, educacionais e institucionais, que contribuíram para a invisibilização e a marginalização de pessoas LGBTQIA+. Tais processos não se restringem ao reconhecimento social, podendo repercutir nas experiências escolares, nas relações familiares e nas próprias trajetórias educacionais, criando obstáculos ao acesso e à permanência no ensino superior. Nesse sentido, reconhecer essa diversidade também implica considerar a importância de ambientes institucionais acolhedores, que respeitem as diferentes orientações sexuais e assegurem condições de participação e pertencimento.

Quanto à identificação como pessoa com deficiência (PCD), 91,71% dos participantes declararam não possuir deficiência, enquanto 8,29% se identificaram como pessoas com deficiência. Entre as pessoas com deficiência, as condições informadas: neurodivergências 39,40%, deficiência física 27,27%, auditiva 18,18%, visual 12,12% e outras 3,3%. A presença de estudantes com deficiência no ensino superior precisa considerar o histórico de invisibilização desse público nos espaços educacionais, marcado por concepções capacitistas e barreiras que limitaram, durante muito tempo, o acesso à formação profissional. Embora os avanços legislativos e as políticas de inclusão tenham ampliado as

oportunidades educacionais, a garantia de acesso não significa, necessariamente, igualdade de condições para a permanência e a participação acadêmica. Nesse contexto, a acessibilidade ultrapassa as adaptações arquitetônicas e envolve também aspectos comunicacionais, pedagógicos e atitudinais. A presença de estudantes com diferentes deficiências exige que a universidade reconheça as particularidades e ofereça condições adequadas de aprendizagem, autonomia e participação.

Outro aspecto relevante é a trajetória acadêmica anterior, 22,86% já iniciaram outro curso superior e não concluíram. Entre os motivos mencionados aparecem a incompatibilidade entre trabalho e horários, dificuldades financeiras e questões relacionadas à saúde e isso precisa ser observado, pois demonstra que parte da comunidade já vivenciou descontinuidade na formação superior.

Condições de moradia, trabalho e renda

A origem territorial dos estudantes demonstra uma comunidade formada tanto por moradores de Apucarana, quanto por pessoas provenientes de outros municípios. Do total, 44,22% são naturais de Apucarana, 41,46% de outras cidades do Paraná e 14,07% de outros estados.

Apenas 12,56% informaram ter se mudado para Apucarana exclusivamente para estudar. Esse dado, associado aos 34,17% que possuem gastos com aluguel e aos 8,54% que residem em repúblicas ou moradias compartilhadas, demonstra que a permanência universitária envolve despesas relacionadas à moradia e à organização da vida fora do ambiente acadêmico. A maioria reside com a própria família (70,10%), enquanto 21,36% vivem em residem individualmente. Apesar da familiar representar expressivo quantitativo, não significa necessariamente uma uma rede de apoio, ou ausência de dificuldades financeiras e de responsabilidades domésticas.

A inserção no mundo do trabalho é um dos aspectos mais expressivos do levantamento. Considerando os estudantes que trabalham, 69,85% exercem alguma atividade profissional, sendo 44,72% em período integral e 25,13% em meio período. Além disso, 32,66% realizam estágio. A principal fonte de renda também está relacionada ao trabalho formal ou informal (60,05%), seguida da ajuda financeira familiar (16,58%) e do estágio remunerado (15,08%).

Esses resultados demonstram que o trabalho ocupa posição central na organização da vida estudantil. Para uma parcela expressiva, estudar não constitui a única atividade cotidiana, mas precisa ser conciliado com jornadas profissionais, deslocamentos e responsabilidades pessoais. Essa realidade pode repercutir diretamente na disponibilidade para atividades acadêmicas, participação em projetos, realização de trabalhos e envolvimento na vida universitária.

O perfil do grupo de renda dos estudantes apontam que 59,30% recebem até dois salários mínimos, sendo 19,10% com renda de até um salário mínimo. Outros 18,34% estão na faixa de dois a três salários mínimos, embora o levantamento não permita identificar a renda per capita ou a composição de cada núcleo, os resultados demonstram a presença significativa de estudantes inseridos em contextos de restrição econômica. Esse cenário ganha ainda mais relevância quando relacionado à inserção dos estudantes no mundo do trabalho, tendo em vista que, para 60,05% dos respondentes, a atividade profissional representa a principal fonte de renda.

Essa realidade coloca o estudante trabalhador diante de uma contradição: ao mesmo tempo em que o trabalho representa uma condição necessária para viabilizar sua permanência na Universidade, as exigências da atividade profissional podem restringir as condições necessárias para uma formação acadêmica plena. Jornadas extensas, deslocamentos, cansaço físico e mental, horários pouco flexíveis e a necessidade de priorizar a renda comprometem o tempo disponível para estudos, trabalhos acadêmicos, atividades de pesquisa, extensão e participação na vida universitária.

Além disso, a conciliação entre trabalho e graduação não ocorre em condições iguais para todos, enquanto alguns estudantes dispõem de maior flexibilidade de horários e suporte financeiro familiar, outros dependem exclusivamente da própria renda ou precisam contribuir para o sustento de suas famílias. Assim, é fundamental reconhecer o estudante trabalhador não apenas como alguém que precisa administrar melhor seu tempo, mas como sujeito inserido em determinadas condições sociais e econômicas, que impõem limites concretos à sua trajetória acadêmica.

Alimentação e mobilidade

A alimentação aparece como outro aspecto importante das condições de vida. Enquanto 37,78% informaram realizar três refeições por dia e 24,94% quatro refeições, 28,21% realizam apenas duas refeições e 4,79% indicaram uma refeição diária. Embora a frequência de refeições, isoladamente, não permita classificar o grau de insegurança alimentar, o fato de estudantes relatarem o consumo de apenas uma refeição por dia constitui um indicador preocupante de restrição no acesso à alimentação. Quando associado ao perfil de renda apresentado, esse dado reforça a necessidade de atenção institucional às condições de segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Nesse contexto, o Restaurante Universitário assume relevância como política de permanência, uma vez que o acesso à alimentação no próprio campus pode contribuir para reduzir despesas e oferecer melhores condições para que os estudantes permaneçam na Universidade ao longo do dia.

Os dados sobre os meios de transporte utilizados pelos estudantes revelam diferenças importantes entre os deslocamentos realizados no cotidiano e aqueles destinados especificamente à Universidade. Enquanto, na rotina geral, predominam o carro (25,25%) e o ônibus urbano (20,71%), seguidos pela carona (13,64%). O deslocamento até o Campus apresenta outra configuração: 35,35% dos participantes utilizam transporte fretado pago, 17,93% vão de carro próprio, 13,89% utilizam ônibus urbano e 12,37% dependem de caronas. Além do custo financeiro, o deslocamento envolve questões de tempo, disponibilidade e organização da rotina. Para estudantes que trabalham, especialmente aqueles com jornadas em período integral, a compatibilização entre horários de trabalho, transporte e aulas pode representar uma dificuldade adicional. A ausência de alternativas acessíveis pode limitar a autonomia dos estudantes e dificultar a participação nas atividades acadêmicas.

Essa relação aparece nas respostas sobre permanência: 9,13% dos participantes apontaram o transporte como uma dificuldade atual para continuar frequentando a Universidade, enquanto 9,36% indicaram esse fator entre os motivos que já os levaram a pensar em desistir do curso. Portanto, o deslocamento não constitui apenas uma questão logística, mas uma condição material que pode interferir diretamente na continuidade da formação acadêmica.

MÓDULO 2 – PERMANÊNCIA ACADÊMICA, DIFICULDADES E ACESSO A AUXÍLIOS

Um resultado do levantamento está relacionado à possibilidade de interrupção da trajetória acadêmica. Quando questionados, 73,62% dos estudantes já pensaram em desistir do curso, considerando as frequências ocasional, rara ou frequente. Desse total, 25,63% afirmaram que pensam frequentemente em desistir, enquanto 27,89% indicaram que isso ocorre ocasionalmente e 20,10% raramente.

O dado demonstra que a possibilidade de evasão atinge uma parcela significativa dos estudantes, não podendo ser compreendida apenas como uma decisão individual ou como consequência de dificuldades de adaptação ao curso. Os motivos apresentados reforçam essa interpretação. A saúde mental aparece como o fator mais mencionado (28,23%), seguida das dificuldades acadêmicas e pedagógicas (20,12%) e da sobrecarga relacionada

ao trabalho (20,12%). Também aparecem as dificuldades financeiras (15,75%), de transporte (9,36%) e falta de apoio institucional (6,39%).

Quando questionados especificamente sobre as opções que consideram mais complicadas e difícies para permanecer na Universidade, 28,58% apontaram a conciliação entre trabalho e estudo. As exigências acadêmicas aparecem em seguida, com 22,24%, acompanhadas das questões relacionadas à saúde mental (17,09%), às dificuldades financeiras (13,11%), relacionamento com docentes (5,39%) e falta de apoio institucional (4,45%).

A aproximação entre essas respostas permite identificar uma relação importante: as dificuldades de permanência não estão concentradas em uma única dimensão. O estudante que trabalha em período integral, por exemplo, pode enfrentar simultaneamente dificuldades para acompanhar as exigências acadêmicas, organizar os horários, participar de atividades complementares e preservar sua saúde mental.

Da mesma forma, as dificuldades financeiras podem intensificar a necessidade de trabalhar, ampliar o tempo de deslocamento e reduzir a disponibilidade para os estudos. Essas condições, quando combinadas, podem gerar um processo cumulativo de dificuldades, ampliando o desgaste e os desafios enfrentados pelos estudantes ao longo da graduação. As dificuldades acadêmicas e pedagógicas tem grande destaque entre os motivos de possível evasão e demonstra que a permanência não depende exclusivamente de recursos financeiros. As condições de ensino, as metodologias, a organização das atividades, a relação entre docentes e estudantes e a disponibilidade de orientação pedagógica também interferem na continuidade da formação.

> **Nota:** o questionário foi aplicado entre abril e outubro de 2026. No início da coleta, o Restaurante Universitário (RU) ainda não estava em funcionamento, o que motivou manifestações dos estudantes sobre a necessidade desse serviço. Essas manifestações são relevantes para compreender as condições vivenciadas pelos participantes naquele período, especialmente considerando o perfil socioeconômico de parte do público discente, composto por estudantes trabalhadores e por pessoas que enfrentam restrições financeiras, para as quais a refeição oferecida no campus pode representar uma importante, e por vezes essencial, condição de permanência na Universidade. Embora os relatos sobre a ausência do RU não tenham sido retomados como demandas atuais neste relatório, em razão da posterior retomada do funcionamento do serviço, isso não reduz a importância do Restaurante Universitário como política de assistência estudantil. Seu funcionamento regular, com condições adequadas de acesso e atendimento, permanece fundamental para contribuir com a segurança alimentar e nutricional e com a permanência dos estudantes.

Conhecimento e acesso às bolsas e aos auxílios

Em relação às políticas institucionais de assistência estudantil, 264 estudantes afirmaram nunca ter participado de editais de bolsas da UNESPAR, dentre esses, o principal motivo apontado foi o desconhecimento dos editais (37,12%), outros 25,82% declararam não se enquadrar nos critérios estabelecidos (ainda que apresentem necessidades de assistência estudantil), enquanto 23,10% afirmaram não precisar de auxílio. Nas respostas classificadas como outras (3,01%), aparecem relatos de desconhecimento dos prazos, à burocracia, à complexidade dos editais e à quantidade reduzida de vagas.

Esses resultados demonstram que a existência de uma política de assistência estudantil não garante, por si só, que ela seja conhecida, compreendida e acessada pelo público a que se destina. É importante diferenciar três dimensões: a existência do benefício, a divulgação das oportunidades e as condições necessárias para participar dos processos seletivos. A dificuldade de acesso à informação ou a compreensão dos critérios pode representar uma barreira tão relevante quanto as limitações de recursos. Essa questão, aparece na avaliação da suficiência dos auxílios existentes, 11,82% consideraram os benefícios suficientes, enquanto 52,68% avaliaram que atendem parcialmente às necessidades e 35,48% afirmaram que não são suficientes.

MÓDULO 3 – CONHECIMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO E APOIO SOCIAL

Os resultados demonstram que a Universidade é reconhecida pelos estudantes como espaço de formação, mas ainda existem lacunas importantes quanto ao conhecimento de sua estrutura, dos setores responsáveis pelo atendimento e dos caminhos institucionais para encaminhamento das demandas.

Em relação à Divisão de Assuntos Estudantis (DivAs), 79,40% afirmaram conhecer o setor, entretanto, quando questionados das atribuições, 16,58% declararam compreender perfeitamente as funções. A maioria conhece algumas ações (49,50%), e 33,92% não sabem exatamente como funciona, revelando uma diferença significativa entre conhecer a existência de um setor e compreender efetivamente sua finalidade e possibilidades de atuação.

O resultado não deve ser interpretado automaticamente como ausência de necessidades ou falta de interesse dos estudantes. Entre as possibilidades a serem consideradas, é possível que parte daqueles que nunca procuraram o setor, não apresentem demandas relacionadas aos serviços oferecidos. Contudo, não podemos desconsiderar a existência de situações que não chegam à DivAs, seja porque os estudantes não as reconhecem como motivos que justifiquem a busca por atendimento institucional, seja porque ainda não identificam o setor como um espaço ao qual possam recorrer.

Nesse sentido, a baixa procura, isoladamente, não permite dimensionar a existência de necessidades não atendidas. Mais do que indicar quantos estudantes utilizam o serviço, o dado convida à reflexão sobre a capacidade institucional de identificar demandas que nem sempre se manifestam espontaneamente e de fortalecer a DivAs como espaço de acolhimento, orientação e acompanhamento ao longo da graduação.

A compreensão da diferença entre a DivAs e o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), incluindo seus núcleos, também apresenta limitações. Apenas 17,34% afirmaram compreender a distinção entre as atuações. Outros 47,24% demonstraram dúvidas, enquanto 19,60% declararam não conhecer nenhum dos dois espaços.
Esse cenário indica a importância de ampliar a divulgação e esclarecer as atribuições dos diferentes setores e núcleos, os respectivos campos de atuação e os fluxos de atendimento. A identificação correta dos serviços é fundamental para que os estudantes consigam direcionar suas demandas e acessar o suporte institucional adequado.

Comunicação e circulação de informações

Quanto aos meios utilizados para obter informações sobre bolsas, editais e serviços estudantis, entre múltipla escolha, os grupos de WhatsApp das turmas e o contato com colegas aparecem em primeiro lugar (24,71%), seguidos pelo Instagram do campus ou dos setores (21,83%) e pelo WhatsApp institucional dos setores (14,30%). Professores, murais e colegas também aparecem como fonte relevante. Em contrapartida, apenas 2,77% indicaram o e-mail institucional.

Os dados demonstram a importância dos canais de comunicação de acesso rápido e cotidiano, especialmente aqueles utilizados pelos próprios estudantes. A divulgação institucional precisa considerar esses hábitos, sem depender exclusivamente das redes sociais ou de publicações formais. Embora as redes sociais apresentem alcance expressivo entre o público discente, não abrangem necessariamente todos os perfis de estudantes, podendo deixar de alcançar aqueles que possuem outros hábitos de comunicação, inclusive em razão da faixa etária ou de condições distintas de acesso e utilização dessas plataformas.
Nesse contexto, é importante considerar que o hábito de acompanhar determinados meios de comunicação também é construído a partir das práticas institucionais. Na UNESPAR, o e-mail ainda não está incorporado de forma sistemática às estratégias de comunicação direta com os estudantes, especialmente no que diz respeito ao envio de comunicados e informações de interesse coletivo. Dessa forma, a divulgação acaba concentrada, em grande medida, no site institucional e nas plataformas de redes sociais, estas últimas

vinculadas a empresas privadas e sujeitas a regras e mecanismos de funcionamento externos à Universidade. Esse cenário aponta para a importância de fortalecer uma cultura institucional de comunicação, com canais próprios, diversificados e regulares, que ampliem o alcance das informações e garantam maior autonomia à Universidade na comunicação com sua comunidade acadêmica.

Conhecimento da estrutura e percepção de apoio

Outro aspecto relevante diz respeito ao funcionamento da estrutura institucional e aos processos decisórios. Somente 26,13% afirmaram compreender como as decisões são tomadas e a relação entre a Diretoria Geral e as Pró-Reitorias. A maioria declarou ter dúvidas (47,49%) ou não conhecer essa estrutura (26,38%).

Esse resultado aponta para a necessidade de ampliar a transparência e a comunicação institucional, tornando mais compreensíveis os caminhos percorridos pelas demandas estudantis, as instâncias responsáveis e as possibilidades de participação e acompanhamento.

Quanto à percepção de apoio da Instituição, 50,50% afirmaram que a Universidade oferece suporte apenas às vezes, enquanto 18,09% responderam negativamente. Por outro lado, 20,60% declararam receber apoio sempre que precisam, indicando que uma parcela dos estudantes reconhece a presença e a efetividade do suporte institucional. Ainda assim, a predominância da percepção de apoio ocasional aponta para a necessidade de ampliar a regularidade e o alcance das ações de acolhimento e assistência.

A avaliação demonstra que a percepção de acolhimento institucional ainda não é plenamente consolidada. A existência de serviços e estruturas não significa, necessariamente, que os estudantes reconheçam esses espaços como resolutivos ou capazes de responder às suas necessidades.

Quando questionados sobre as principais situações em que gostariam de receber mais apoio, destacam as demandas acadêmicas e pedagógicas (28,95%), financeiras (24,51%) e psicológicas (19,64%). Também foram mencionadas orientações administrativas sobre direitos e deveres (16,98%), inclusão e acessibilidade (6,64%) e questões relacionadas a gênero, diversidade (2,06%) e relações étnico-raciais (1,81%).

A variedade de respostas demonstra que as necessidades estudantis são multidimensionais e exigem articulação entre diferentes setores da Universidade. O atendimento às demandas não depende de uma única unidade, mas de uma rede institucional capaz de acolher, orientar e encaminhar cada situação à instância competente.

MÓDULO 4 – SAÚDE MENTAL, VIOLÊNCIA, ASSÉDIO E DIREITOS ESTUDANTIS

A saúde mental aparece como uma das dimensões mais sensíveis e atravessa diferentes aspectos da experiência universitária. Quando questionados sobre sua condição atual, 59,30% avaliaram a saúde mental como regular e 16,58% como ruim e apenas 24,12% a classificaram como boa. A concentração de respostas entre regular e ruim (75,88%) merece atenção, especialmente quando relacionada aos resultados sobre a possibilidade de evasão, nos quais a saúde mental aparece como o motivo mais mencionado para pensar em desistir do curso. A aproximação dos dados evidencia que o sofrimento emocional constitui uma dimensão relevante da permanência acadêmica.

Em relação ao atendimento psicológico, 76,88% nunca procuraram o serviço disponibilizado no campus, 13,07% procuraram, enquanto 10,05% declararam não conhecer o serviço. Entretanto, ao avaliar a necessidade de apoio psicológico, 32,66% entendem precisar do serviço e outros 40,95% consideram essa possibilidade.

A diferença entre a necessidade declarada e a procura efetiva pelo serviço merece reflexão. A ausência de atendimento anterior não significa, necessariamente, ausência de sofrimento

ou de necessidade de suporte. Da mesma forma, reconhecer a necessidade de apoio não implica, obrigatoriamente, a decisão de buscar acompanhamento, uma vez que essa escolha envolve aspectos pessoais e individuais. Também podem existir situações em que o desconhecimento, o receio de procurar ajuda, as dificuldades de acesso ou a percepção de que o serviço não corresponde integralmente às necessidades apresentadas influenciem essa decisão. Assim, os dados apontam para a importância de manter a divulgação dos serviços, facilitar o acesso e respeitar a autonomia dos estudantes quanto à busca por atendimento.

Outro fator sobre o tema, 20,60% declararam utilizar alguma medicação relacionada à saúde mental, isso reforça a relevância de uma abordagem institucional cuidadosa, sem estabelecer diagnósticos ou presumir condições individuais a partir das respostas. A Universidade não substitui os serviços especializados de saúde, mas possui responsabilidade na construção de ambientes acadêmicos que não intensifiquem situações de sofrimento, bem como na identificação de demandas, no acolhimento e na articulação com a rede de atendimento quando necessário.

Preconceito, violência e assédio no ambiente universitário

Um resultado que exige atenção é o percentual de estudantes que afirmaram já ter sofrido ou presenciado situações de preconceito, violência ou assédio no campus: 22,61%. Entre as situações mencionadas, destacam-se o assédio moral (17,03%), o machismo (16,48%), o racismo (16,48%) e a LGBTQIA+fobia ou discriminação por orientação sexual (13,73%). Também foram registradas situações de violência psicológica, discriminação por identidade de gênero (8,24%), capacitismo (7,68%), assédio sexual (5,49%) e etarismo (4,39%).

Quanto aos possíveis responsáveis, os estudantes aparecem com maior frequência (62,18%), seguidos dos docentes (21,01%) e dos funcionários terceirizados (9,24%). Também foram registradas respostas envolvendo servidores técnico-administrativos (2,52%) e outras categorias (5,04%).

Embora os estudantes apareçam como os principais responsáveis nas situações relatadas, os registros envolvendo docentes merecem atenção particular, considerando as relações de autoridade e poder presentes no ambiente acadêmico. Além disso, independentemente de quem esteja envolvido, situações de violência, discriminação ou constrangimento ocorridas em sala de aula ou em outros espaços da Universidade demandam atenção e encaminhamento institucional. Nesse processo, a atuação dos docentes, das coordenações de curso e dos setores responsáveis é fundamental, tanto na identificação e no acolhimento das situações quanto na articulação com a Divisão de Assuntos Estudantis (DivAs) e o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), conforme a natureza de cada demanda.

Os dados, portanto, reforçam que o enfrentamento dessas situações não pode ficar restrito à iniciativa individual dos estudantes que as vivenciam. A participação de diferentes segmentos da comunidade acadêmica evidencia a necessidade de uma responsabilidade institucional compartilhada, que envolva ações de prevenção, orientação, disponibilização de canais de denúncia, acolhimento e encaminhamentos adequados.

Em relação ao acolhimento institucional, outro resultado relevante está relacionado à procura por suporte após sofrer/presenciar situações de violência ou discriminação. Entre as respostas, 14,32% declararam não ter buscado ajuda institucional. Apenas 3,52% afirmaram ter recebido acolhimento ou orientação satisfatórios, enquanto 2,01% relataram que o suporte recebido não foi suficiente ou adequado.

Além disso, quando questionados sobre o conhecimento dos canais oficiais para procurar ajuda, 52,76% afirmaram conhecer apenas algumas opções e 26,63% declararam não saber onde procurar atendimento. Apenas 20,60% disseram conhecer exatamente os caminhos disponíveis.

Esses resultados revelam uma fragilidade importante: não basta que existam canais institucionais de atendimento se os estudantes não sabem identificá-los, não compreendem suas atribuições ou não reconhecem neles um espaço seguro.

Contribuições das respostas abertas

As manifestações apresentadas na questão aberta ampliam a compreensão dos dados quantitativos e revelam situações que merecem atenção específica.

Os relatos foram agrupados em quatro eixos principais:

1. Assédio e violência nas relações entre estudantes: foram mencionadas situações de assédio físico e verbal, perseguição e constrangimentos dentro do campus, especialmente em relatos de mulheres que vivenciaram essas experiências.

2. Relações de poder e condutas abusivas no ambiente acadêmico: apareceram críticas à postura de professores e coordenadores, incluindo comportamentos autoritários, utilização da posição hierárquica ou titulação acadêmica para desqualificar estudantes, manifestações ofensivas e situações em que estudantes em condição de vulnerabilidade teriam sido desencorajados a continuar seus cursos.

3. Preconceito e discriminação: foram identificadas manifestações relacionadas ao racismo, à LGBTfobia e ao capacitismo, demonstrando que as desigualdades e as práticas discriminatórias também atravessam as relações cotidianas da Universidade.

4. Fragilidades no acolhimento e na resposta institucional: alguns relatos apontaram experiências em que situações consideradas graves teriam recebido tratamento inadequado, com minimização dos acontecimentos ou ausência de encaminhamentos satisfatórios. Também foram mencionados casos em que experiências de constrangimento e violência contribuíram para o trancamento da matrícula.

As respostas abertas demonstram que o impacto dessas situações pode ultrapassar o episódio vivenciado, afetando a saúde mental, o vínculo com a Universidade e a continuidade da formação acadêmica.

É importante destacar que os relatos constituem manifestações da experiência dos respondentes e não substituem procedimentos próprios de apuração. Contudo, devem ser considerados como elementos relevantes para o planejamento institucional, especialmente na construção de estratégias de prevenção, acolhimento e encaminhamento.

MÓDULO 5 – ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS E REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Os resultados deste módulo permitem compreender como os estudantes percebem a atuação da Assistência Social no ambiente universitário, quais atribuições reconhecem como prioritárias e de que maneira avaliam os espaços de participação e representação estudantil.

Conhecimento e compreensão da atuação profissional

Quando questionados sobre o papel do(a) Assistente Social na Universidade, 45,48% afirmaram conhecer parcialmente suas atribuições, 24,12% declararam não saber como atua e 30,40% disseram compreender plenamente a atuação. Esse resultado demonstra que ainda existe uma lacuna de conhecimento sobre a contribuição do Serviço Social na política de assistência estudantil e na garantia do direito à educação.

A atuação profissional não se limita à seleção socioeconômica para concessão de bolsas e auxílios. Envolve também orientação sobre direitos, identificação de demandas sociais, acolhimento, acompanhamento, articulação com políticas públicas e encaminhamento às redes de proteção, além da contribuição técnica para o planejamento e o aprimoramento das ações de permanência.

Em relação aos que procuraram pelo serviço, 93,47% afirmaram nunca ter precisado de atendimento ou orientação da Assistência Social no campus, outros 5,03% disseram ter sido atendidos e 1,50% relataram ter procurado o serviço sem conseguir o suporte necessário.

O percentual elevado de estudantes que nunca procuraram atendimento não deve ser interpretado automaticamente como ausência de demandas sociais. A procura depende não apenas do conhecimento sobre as atribuições profissionais e da identificação de necessidades, mas também do reconhecimento do Serviço Social como espaço de orientação, acompanhamento e acesso às possibilidades de apoio oferecidas pela Universidade.

Nesse aspecto, é importante considerar que a procura também pode ser influenciada pelas próprias condições e pelos recursos institucionais disponíveis. Quando as possibilidades de apoio se concentram em programas específicos, com períodos restritos de inscrição, e outras necessidades dependem de serviços e políticas externas à Universidade, os estudantes podem não identificar no atendimento uma possibilidade concreta de resposta às suas demandas. Isso não significa que o trabalho do Serviço Social se limite à concessão de benefícios, mas evidencia que as condições institucionais e as ferramentas disponíveis também interferem nas possibilidades de atuação profissional e na percepção dos estudantes sobre a utilidade de buscar esse acompanhamento.

Expectativas em relação à atuação da Assistência Social

As respostas sobre as principais ações esperadas do(a) Assistente Social demonstram uma compreensão importante sobre a relação entre assistência estudantil e garantia de direitos.

O apoio e a orientação nos processos seletivos de bolsas e auxílios foram mencionados por 27,29% dos participantes. Em seguida, aparecem a orientação sobre direitos estudantis e programas de permanência (25,64%), o acesso a serviços e políticas públicas externas, como CRAS, CREAS e SUS (24,51%), e a atuação junto às instâncias competentes para ampliação das bolsas de permanência (22,55%).

As respostas demonstram que os estudantes reconhecem a importância de uma atuação profissional que articule o acesso aos benefícios institucionais, a orientação sobre direitos e a integração com outras políticas públicas. Também evidenciam que a assistência estudantil não deve ser compreendida exclusivamente como transferência de recursos financeiros. A garantia da permanência exige identificar as condições que interferem na trajetória acadêmica e construir respostas institucionais compatíveis com as necessidades apresentadas.

Nesse sentido, a atuação do Serviço Social contribui para aproximar os estudantes das políticas e dos serviços disponíveis, identificar barreiras de acesso e subsidiar a instituição na compreensão das expressões da questão social presentes no cotidiano universitário.

Contribuição resposta aberta:

Acessibilidade e adaptação pedagógica: relato de procura diante de dificuldades relacionadas à adaptação pedagógica e apontou que a coordenação do curso não estaria conduzindo adequadamente as medidas necessárias.
Embora as adequações pedagógicas e de acessibilidade sejam atribuições de outra instância, o atendimento social deve acolher a demanda, orientar o estudante e articular os encaminhamentos necessários. O relato reforça a importância da articulação entre os setores, para que a definição das responsabilidades e os encaminhamentos institucionais não se tornem obstáculos à continuidade dos estudos.

Participação social e representação estudantil

No que diz respeito à participação em movimentos sociais, organizações não governamentais e coletivos externos à Universidade, 82,66% afirmaram não participar, enquanto 13,07% participam esporadicamente e 4,27% atuam ativamente. Entre as áreas

de afinidade ou participação mencionadas, destacam-se os Direitos Humanos e a Cidadania, a Defesa do Meio Ambiente e a Causa Animal, os Movimentos de Gênero e Sexualidade e a Cultura e Arte Comunitária.

Em relação às entidades de representação estudantil, como Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes e comissões, 73,37% declararam não possuir envolvimento. Outros 23,37% acompanham as discussões, mas não participam diretamente das decisões, enquanto apenas 3,27% afirmaram participar ativamente.

A avaliação sobre a organização e a representatividade estudantil merece atenção. Para 53,27%, a representação é parcialmente articulada, apresentando espaço para melhorias. Outros 37,44% consideram que é pouco articulada ou distante das decisões importantes. Apenas 9,30% avaliaram a organização como muito bem articulada e representativa.

Esses resultados indicam uma participação estudantil ainda limitada nos espaços coletivos de representação e decisão. Entretanto, essa realidade não deve ser interpretada simplesmente como desinteresse dos estudantes pela vida universitária. É necessário considerar que a participação depende de condições concretas, como disponibilidade de tempo, compatibilidade de horários, acesso às informações, reconhecimento dos espaços de representação e compreensão sobre a possibilidade de influenciar as decisões institucionais.

A expressiva quantidade de estudantes que trabalham, somada às dificuldades de permanência identificadas nos módulos anteriores, também pode interferir na disponibilidade para participar de reuniões, assembleias e atividades coletivas. Assim, a construção de uma representação efetiva exige não apenas incentivar a participação, mas também ampliar os espaços de escuta, garantir transparência e criar condições para que diferentes segmentos da comunidade acadêmica possam apresentar suas demandas.

Expectativas e prioridades apontadas pelos estudantes

As respostas sobre as ações esperadas para melhorar a permanência apresentam prioridades semelhantes. A divulgação mais clara e acessível de editais e bolsas aparece em primeiro lugar (22,04%), seguida do diálogo com a gestão para ampliação do número e do valor das bolsas (20,88%). Também foram mencionadas a ampliação das orientações sobre direitos e deveres estudantis (20,23%), as atividades voltadas à saúde e ao bem-estar (18,72%) e a estruturação do acolhimento e acompanhamento social (17,74%). A aproximação entre essas respostas e os demais resultados do questionário demonstra coerência entre as dificuldades identificadas e as expectativas apresentadas.

A necessidade de melhorar a divulgação dos editais está relacionada ao percentual de estudantes que nunca participaram de processos seletivos por desconhecimento das oportunidades. A reivindicação pela ampliação das bolsas dialoga com as dificuldades financeiras e com a centralidade do trabalho na vida estudantil. A procura por ações de saúde e bem-estar acompanha os resultados relacionados à saúde mental e à possibilidade de evasão.

O interesse por um acolhimento social mais estruturado também demonstra que os estudantes reconhecem a importância de espaços institucionais capazes de receber suas demandas, orientar sobre direitos e articular respostas.

Contribuições adicionais da questão aberta: sugestões e comentários sobre a permanência estudantil

Panorama das respostas abertas

A análise dos comentários e sugestões finais foram agrupadas em quatro eixos centrais:

A ilusão e o limite dos valores das bolsas de auxílio: a crítica mais incisiva recai sobre o descompasso entre o valor financeiro dos auxílios de permanência e o custo de vida real. Os estudantes apontam que os valores praticados são meramente simbólicos, incapazes de prover a subsistência ou de permitir que o aluno abandone o emprego formal para se dedicar exclusivamente à graduação.

A incompatibilidade entre a rotina laboral e a rigidez acadêmica: estudantes, sobretudo dos cursos noturnos, relatam um esgotamento físico severo decorrente da conciliação entre jornadas de trabalho semanais e exigências acadêmicas inflexíveis, com prazos exíguos.

Precariedade de infraestrutura e serviços básicos: forte incidência de apontamentos sobre falhas pontuais e cotidianas que afetam a dignidade no campus; problemas crônicos de abastecimento de água em blocos específicos, instabilidade da internet, ausência de cantinas funcionando e barreiras de acessibilidade.
Necessidade de empatia e acolhimento institucional: registros contínuos cobram uma postura mais humanizada e horizontal por parte de docentes e servidores, combatendo posturas autoritárias e garantindo fluxos mais rápidos e seguros para denúncias de assédio e respeito estrito ao nome social.

A voz discente: exemplos e trechos retirados das respostas:

Sobre a insuficiência dos auxílios e a necessidade de trabalhar: "As bolsas oferecidas hoje ajudam um pouco, mas estão longe de permitir que o estudante possa largar o emprego ou reduzir a carga de trabalho para focar de verdade nos estudos. Com o custo de vida atual, aluguel e transporte, o valor é insuficiente para garantir a permanência real de quem realmente precisa."

Sobre a sobrecarga e a falta de empatia no período noturno: "Tem professores maravilhosos, mas que faltam com empatia quando se trata de nós, alunos (principalmente do período noturno). Não estudamos à toa. Trabalhamos integralmente, de segunda a sábado, para poder nos manter e manter nossas famílias. Passar um trabalho gigantesco para entregar em duas semanas não ajuda na minha formação; na verdade, contribui para a minha desistência. Tenham empatia por nós, por favor."

Sobre problemas infraestruturais básicos no campus: "O bloco de administração atualmente é totalmente esquecido. Lá, dependendo do horário, acaba a água do nada e temos que atravessar o campus para poder encher a garrafinha."

Sobre o clima institucional e o relacionamento pedagógico: "Precisamos de professores que não tenham o ego lá em cima, pois, quando o aluno é contrariado, já fazem da sua vida acadêmica um inferno. O respeito precisa vir de mão dupla para que a universidade seja um lugar seguro."

A leitura integrada dessas contribuições evidencia que os desafios da permanência estudantil na UNESPAR Apucarana ultrapassam a mera disponibilização burocrática de auxílios. Manifestações apontam para a necessidade de readequação orçamentária dos valores de bolsa, flexibilização metodológica para a classe trabalhadora e melhorias urgentes na infraestrutura cotidiana, elementos fundamentais para combater a evasão silenciosa e transformar a escuta em política institucional efetiva.

INDICATIVOS SINTETIZADOS PARA O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Fortalecimento e ampliação da política de permanência estudantil: ampliar a oferta de bolsas e auxílios, considerando que as necessidades socioeconômicas podem surgir ou se modificar ao longo da trajetória acadêmica. Avaliar a abertura de editais, de programas de permanência, em diferentes períodos do ano e a criação de mecanismos de atendimento a situações emergenciais, permitindo que estudantes que inicialmente não necessitavam de apoio também possam acessar. Revisar periodicamente os critérios, valores e quantitativos de benefícios, ampliar os recursos destinados à assistência estudantil e avaliar novas modalidades de apoio, conforme as demandas identificadas.

Aprimoramento da comunicação institucional: desenvolver uma política de comunicação voltada também às necessidades da comunidade discente, com divulgação regular, acessível e integrada entre Reitoria, campi, coordenações, setores e núcleos. Fortalecer o uso do e-mail institucional como canal de comunicação direta, sem depender exclusivamente de redes sociais e páginas institucionais. Padronizar a divulgação de editais, serviços, critérios, prazos, resultados e orientações, utilizando diferentes meios para ampliar o alcance das informações.

Acesso à informação e orientação estudantil: aprimorar a organização institucional dos serviços e setores voltados ao atendimento dos estudantes, com definição mais clara de atribuições, responsabilidades e procedimentos de encaminhamento. Construir e formalizar fluxos de atendimento entre os diferentes setores e núcleos, evitando sobreposição de funções, encaminhamentos inadequados ou demandas sem resposta. A partir dessa organização, produzir materiais informativos, acessíveis e de fácil compreensão sobre os serviços disponíveis, os direitos estudantis e as formas de acesso, garantindo informações claras e uniformes à comunidade acadêmica.

Fortalecimento do Serviço Social e do acompanhamento estudantil: assegurar condições institucionais para o desenvolvimento do trabalho profissional, incluindo recursos, instrumentos, acesso às informações necessárias e articulação com os demais setores. Ampliar as estratégias de identificação e acompanhamento das demandas sociais que interferem na trajetória acadêmica, para além dos períodos de seleção de bolsas e auxílios.

Atenção à alimentação e à segurança alimentar: garantir a continuidade e a regularidade do funcionamento do Restaurante Universitário, considerando sua importância para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para aqueles que conciliam trabalho e estudos. Avaliar permanentemente as condições de acesso, os valores das refeições e a capacidade de atendimento, reconhecendo a alimentação como dimensão fundamental da permanência estudantil.

Atenção à saúde mental e ao bem-estar: ampliar as ações de prevenção e promoção da saúde mental e do bem-estar, considerando a necessidade de fortalecer as equipes profissionais diante da demanda por atendimento psicológico identificada. Avaliar a ampliação do quadro de profissionais, de acordo com as necessidades da comunidade acadêmica, contemplando não apenas a Psicologia, mas também outras áreas da saúde, de modo a possibilitar uma abordagem multiprofissional. Fortalecer a divulgação dos serviços disponíveis e organizar procedimentos de acolhimento, acompanhamento e encaminhamento, em articulação com a rede pública de saúde, respeitando as atribuições de cada área.

Enfrentamento às violências, ao assédio e às discriminações: desenvolver ações permanentes de prevenção e educação em direitos humanos, fortalecer os canais institucionais de denúncia e acolhimento e assegurar procedimentos adequados de encaminhamento e acompanhamento. Dar atenção especial às situações que envolvam relações hierárquicas e de poder entre docentes, estudantes e demais integrantes da comunidade acadêmica, garantindo que a posição institucional dos envolvidos não represente obstáculo à manifestação e à proteção dos estudantes.

Inclusão, acessibilidade e adaptação pedagógica: assegurar o cumprimento das orientações e dos encaminhamentos realizados pelos setores competentes, fortalecendo o compromisso das coordenações de curso, dos colegiados e do corpo docente com a inclusão e a adaptação pedagógica. Promover ações de sensibilização e orientação para superar resistências e práticas que tratam as adaptações necessárias como dificuldades ou concessões, reconhecendo-as como condições para garantir o direito à educação e à participação acadêmica. No âmbito da infraestrutura, realizar um levantamento das barreiras arquitetônicas existentes no campus e estabelecer um plano de adequação dos espaços, com prioridade para as condições de circulação, acesso às salas de aula, sanitários, laboratórios e demais ambientes universitários, garantindo autonomia e segurança às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Participação e representação estudantil: ampliar os espaços permanentes de diálogo entre estudantes, Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes, coordenações de curso, setores e gestão. Ffortalecer os mecanismos de consulta à comunidade discente e criar condições para que as representações estudantis tenham acesso às informações e possam contribuir efetivamente para as decisões institucionais. Além disso, promover a conscientização sobre os direitos e deveres que envolvem a vida universitária, reconhecendo que a construção de uma Universidade mais democrática e participativa exige tanto o compromisso institucional em garantir espaços de escuta e participação quanto o envolvimento dos próprios estudantes na ocupação desses espaços, no acompanhamento das decisões e na defesa dos interesses coletivos.

Acompanhamento das condições de permanência e prevenção da evasão: desenvolver estratégias de acompanhamento das situações que possam comprometer a continuidade dos estudos, considerando fatores socioeconômicos, dificuldades de aprendizagem, saúde mental, acessibilidade, trabalho e deslocamento. Fortalecer a articulação entre os setores para identificação de demandas recorrentes e construção de respostas antes que as dificuldades resultem em trancamentos ou abandono dos cursos.

Planejamento institucional baseado em dados: incorporar os resultados do diagnóstico ao planejamento de ações, utilizando as informações para subsidiar decisões, identificar prioridades e fundamentar solicitações de recursos às instâncias superiores. Estabelecer mecanismos periódicos de escuta e avaliação das necessidades estudantis, permitindo acompanhar mudanças no perfil discente e verificar se as medidas adotadas produzem os resultados esperados.

Integração entre setores e definição de responsabilidades: aprimorar a articulação entre os diferentes setores, divisões, núcleos e instâncias administrativas e acadêmicas, com definição mais clara das atribuições e dos fluxos de atendimento. Evitar que demandas dos estudantes fiquem sem encaminhamento em razão de dúvidas sobre a competência de cada setor ou da ausência de comunicação entre as áreas envolvidas.

O diagnóstico não se limita à apresentação de um retrato estatístico da comunidade acadêmica, os resultados permitem identificar necessidades, reconhecer fragilidades e orientar prioridades institucionais. As informações reunidas podem subsidiar o planejamento, a revisão e a ampliação das políticas e dos serviços oferecidos pela Universidade, contribuindo para que as decisões institucionais considerem as condições concretas vivenciadas pelos estudantes. A efetividade dessas medidas depende de planejamento, disponibilidade de recursos, articulação entre os setores e compromisso das diferentes instâncias da Universidade com a assistência estudantil, a garantia de direitos e a democratização do acesso e da permanência no ensino superior público.

Garantir a permanência estudantil é assegurar que o direito à educação pública seja efetivado ao longo de toda a trajetória acadêmica.

ANEXO: PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO DE ESCUTA ESTUDANTIL

Módulo 1: Perfil Socioeconômico, Demográfico e Acadêmico

Qual é o seu curso?
- Pedagogia:
- Ciências Contábeis Noturno:
- Direito:
- Ciências Econômicas:
- Letras Português:
- Ciência da Computação:
- Matemática:
- Letras Inglês:
- Serviço Social:
- Administração Noturno:
- Secretariado Executivo Trilíngue:
- Letras Espanhol:
- Ciências Contábeis Matutino:
- Administração Matutino:
- Turismo e Negócios:

Qual é o seu ano ou período atual?
- 1 ano:
- 2 ano:
- 3 ano:
- 4 ano:
- 5 ano:

Qual é a sua faixa etária?
- 18 a 22 anos:
- 23 a 29 anos:
- 30 a 39 anos:
- 40 a 49 anos:
- 50 a 59 anos:
- Menor de 18 anos:

Como você se autodeclara etnia/raça?
- Branca:
- Parda:
- Preta:
- Asiática:
- Indígena:
- Outros / Não declarado:

Qual a sua identidade de gênero?
- Mulher Cisgênero:
- Homem Cisgênero:
- Não-binária:
- Homem Transgênero:
- Mulher Transgênero:
- Gênero fluido / Outros:

Qual é a sua orientação sexual?
- Heterossexual:
- Bissexual:
- Homossexual:
- Pansexual:
- Assexual:
- Outras (Queer, Lésbica, Demissexual):

Você se considera pessoa com deficiência (PCD)?
Não: | Sim:

Se sim, qual é a deficiência? (múltiplas opções)
- Neurodivergência:
- Física:
- Auditiva:
- Visual:
- Outras

Você possui outra graduação concluída?
Não: | Sim:

Você já iniciou outro curso de graduação e não concluiu?
Não: | Sim:

Se sim, qual o principal motivo da não conclusão?
- Não me identifiquei com o curso:
- Trabalho / Incompatibilidade de horário:
- Dificuldades financeiras:
- Problemas de saúde / Saúde mental:

Você é natural de qual local?
- Apucarana:
- Outra cidade do Paraná:
- Outro estado:
- Outro país:

Caso não seja de Apucarana, você se mudou para a cidade para estudar?
- Não (já residia ou realiza deslocamento diário):
- Não se aplica (sou natural de Apucarana):
- Sim (mudou-se exclusivamente para a faculdade):

Você tem gasto com aluguel?
Não: | Sim:

Onde você reside durante o período letivo?
- Casa da própria família:
- Residência individual :
- República ou moradia compartilhada:
- Outras configurações:

Você trabalha atualmente? (sem considerar estágio)
●Sim, período integral (> 30h semanais):
●Não:
●Sim, meio período (30h semanais):

Você está estagiando?
●Não:
●Sim, estágio remunerado:
●Sim, estágio obrigatório sem remuneração:

Qual é a sua principal fonte de renda?
●Trabalho (formal ou informal):
●Ajuda financeira da família:
●Estágio remunerado:
●Bolsas de estudo:
●Outros:
●Auxílios governamentais:

Qual é a renda mensal aproximada do seu grupo socioeconômico?
●De 1 até 2 salários mínimos ($R\$ 1.621,01$ a $R\$ 3.242,00$):
●Até 1 salário mínimo (até $R\$ 1.621,00$):
●De 2 até 3 salários mínimos ($R\$ 3.242,01$ a $R\$ 4.863,00$):
●De 3 a 4 salários mínimos ($R\$ 4.863,01$ a $R\$ 6.484,00$):
●Acima de 4 salários mínimos (acima de $R\$ 6.484,01$):

Quantas refeições você costuma fazer por dia?
●1 refeição por dia:
●2 refeições:
●3 refeições:
●4 refeições:
●5 ou mais refeições:

Considerando sua rotina diária geral, qual meio de transporte mais utiliza?
●Carro próprio:
●Ônibus urbano (da cidade):
●Carona:
●A pé:
●Motocicleta:
●Transporte fretado (van/ônibus):
●Ônibus intermunicipal:
●Bicicleta:
●Aplicativo de transporte:
●Outros combinados:

●Especificamente ao transporte para a Universidade, qual meio utiliza?
●Transporte fretado (van/ônibus intermunicipal pago):
●Carro próprio:
●Ônibus urbano (da cidade):
●Carona:
●Motocicleta:
●A pé:
●Ônibus intermunicipal:
●Bicicleta:
●Outros:

Módulo 2: Permanência Acadêmica, Dificuldades e Auxílios

Você já pensou em desistir do curso?
●Sim, ocasionalmente:
●Não:
●Sim, frequentemente:
●Sim, raramente:

Se sim, por quais motivos? (até 3 alternativas principais)
●Saúde mental:
●Dificuldades acadêmicas/pedagógicas:
●Trabalho (sobrecarga de horários):
●Dificuldades financeiras:
●Transporte:
●Falta de apoio institucional:

O que você considera mais difícil para permanecer na universidade hoje? (até 3 alternativas principais)
●Conciliar trabalho e estudo:
●Exigências acadêmicas (disciplinas, conteúdo, carga de estudos):
●Saúde mental:
●Dificuldades financeiras:
●Transporte:
●Metodologia e relacionamento com docentes:
●Falta de apoio institucional:

Descritiva: Se desejar, comente sobre a principal dificuldade enfrentada e o que mais ajudaria você a permanecer na universidade hoje.

Você conhece algum tipo de bolsa/auxílio oferecido pela UNESPAR?
Sim: | Não:

Você já participou de algum edital de bolsa da Unespar?
●Não:
●Sim, bolsa acadêmica (monitoria, iniciação científica, extensão, PIBID, etc.):
●Sim, bolsa permanência (assistência estudantil):
●Sim, ambas (permanência e acadêmica):

●Outros / Não se aplica:

Caso não tenha participado, por qual motivo?
●Não tenho necessidade:
●Não conhecia o edital:
●Não me encaixo nos critérios:
●Achei o processo muito difícil:
●Não entendi o edital:
●Outros:

Dentre os que conhece, você considera que os auxílios existentes atualmente são suficientes?
●Parcialmente:
●Não:
●Sim:

MÓDULO 3: Conhecimento Institucional, Comunicação e Apoio Social

Você conhece a Divisão de Assuntos Estudantis (DivAs) do nosso campus?
Não: | Sim:

Você sabe o que a Divisão de Assuntos Estudantis (DivAs) faz?
●Mais ou menos, conheço algumas ações:
●Não sei exatamente como funciona:
●Sim, entendo bem as funções:

Você já procurou a Divisão de Assuntos Estudantis (DivAs)?
Não: | Sim:

Você sabe qual é a diferença entre a DivAs e o CEDH / núcleos (NESPI, NERA, NERG)?
●Tenho dúvidas ou não sei bem a diferença:
●Não conheço o CEDH nem a DivAs:
●Sim, entendo a diferença de atuação entre eles:
●Não conheço o CEDH (mas conheço a DivAs):
●Não conheço a DivAs:

Por quais meios você costuma se informar sobre bolsas, editais e serviços estudantis? (múltiplas opções)
●WhatsApp da turma / colegas da Universidade:
●Instagram do campus ou setor:
●WhatsApp do setor (grupos/transmissão):
●Professores:
●Murais de avisos da universidade:
●Colegas e amigos:
●mail institucional:

Relacionado à estrutura institucional, qual é o seu nível de conhecimento sobre como as decisões são tomadas?
●Já ouvi falar, mas tenho dúvidas sobre como funcionam e onde chegam nossas demandas:
●Não conheço: não tenho clareza sobre essa estrutura:
●Compreendo bem (sei da relação com a Diretoria Geral e Pró-Reitorias):

Você sente que a universidade oferece apoio quando você precisa?
●Às vezes:
●Sim:
●Não:
●Não preciso de apoio:

Em quais situações você gostaria de receber apoio? (até 3 alternativas principais)
●Acadêmico/pedagógico:
●Financeiro:
●Psicológico:
●Orientações Administrativas (direitos e deveres):
●Inclusão e acessibilidade:
●Questões de gênero e diversidade:
●Questões étnico-raciais:

MÓDULO 4: Saúde Mental, Violência/Assédio e Direitos Estudantis

Como você avalia sua saúde mental atualmente?
●Regular:
●Boa:
●Ruim:

Você já procurou o serviço de apoio psicológico do Campus?
●Não:
●Sim:
●Não tenho conhecimento desse serviço:

Você sente necessidade de apoio psicológico?
●Talvez:
●Sim:
●Não:

Você faz uso de alguma medicação para saúde mental?
Não: | Sim:

Você já sofreu ou presenciou algum tipo de preconceito, violência ou assédio no campus?
Não: | Sim:

Se sim, qual(is) tipo(s) de situação? (múltiplas opções)
●Assédio moral:
●Machismo:
●Racismo:
●LGBTQIA+fobia / Discriminação por orientação sexual:
●Violência psicológica:
●Discriminação por identidade de gênero:
●Capacitismo:
●Assédio sexual:
●Etarismo:

Por quem essa situação foi cometida? (múltiplas opções)
●Estudantes:
●Docentes:
●Funcionários Terceirizados:
●Servidores técnico-administrativos:
●Outros:

Você buscou ajuda ou suporte institucional após a situação vivenciada?
●Não, não busquei ajuda institucional:
●Sim, e fui acolhido(a) / orientado(a):
●Sim, mas o suporte não foi suficiente ou adequado:

Você sabe quais são os canais adequados para procurar ajuda dentro da universidade?
●Mais ou menos, conheço algumas opções:
●Não, não sei onde procurar ajuda:
●Sim, sei exatamente onde buscar ajuda:

Descritiva: Se desejar, cite a situação vivenciada ou presenciada e informe se buscou auxílio institucional.

MÓDULO 5: Atuação da Assistência Social e Representação Estudantil

Você compreende qual é o papel e o que faz um(a) Assistente Social na universidade?
●Mais ou menos, tenho algumas dúvidas:
●Sim, compreendo bem a atuação:
●Não sei como atua:

Você já precisou de atendimento ou orientação com a assistência social no campus?
●Não, nunca precisei buscar este atendimento:
●Sim, e fui atendido(a):
●Sim, procurei o serviço, mas não consegui o suporte necessário:

Descritiva: Caso tenha buscado apoio e não recebido, se quiser, relate o que não foi atendido.

Quais devem ser as principais ações prestadas pelo(a) Assistente Social no campus? (múltiplas opções)
●Apoio e orientação no processo seletivo de bolsas e auxílios institucionais:
●Orientação sobre direitos estudantis e programas de permanência:
●Orientação para acesso a serviços e políticas públicas externas (CRAS, CREAS, SUS, etc.):
●Atuar junto às instâncias competentes para a ampliação das bolsas de permanência:

Você participa ou atua em movimentos sociais, ONGs, coletivos fora da universidade?
●Não, não participo:
●Participo esporadicamente:
●Sim, participo ativamente:

Em qual área de movimento social você atua ou tem afinidade? (múltiplas opções)
●Direitos Humanos e Cidadania:
●Defesa do Meio Ambiente e Causa Animal:
●Movimentos de Gênero e Sexualidade:
●Cultura e Arte Comunitária:
●Pastorais Sociais / Grupos Religiosos:
●Movimentos Sindicais ou de Trabalhadores:
●Movimentos Étnico-Raciais:

Você se envolve ou acompanha as entidades de representação estudantil (CAs, DCE, Comissões)?
●Não, não tenho envolvimento:
●Acompanho as discussões, mas não participo das decisões:
●Sim, participo ativamente das ações e decisões:

Como você avalia a organização e a representatividade dos estudantes diante da gestão?
●Parcialmente articulada, mas com espaço para melhorias:
●Pouco articulada ou distante das decisões importantes:
●Muito bem articulada e representativa:

Quais ações você espera para melhorar sua vida acadêmica e sua permanência? (selecione até 3 alternativas principais)

●Campanhas de divulgação mais clara e acessível sobre editais e bolsas:
●Diálogo com a gestão para ampliação do número e valor das bolsas:
●Mais orientações sobre direitos e deveres dos estudantes:

●Atividades voltadas à saúde e bem-estar:
●Acolhimento e acompanhamento social mais estruturado:
●Descritiva: Sugestões.